

CADMO

Revista do Instituto Oriental
Universidade de Lisboa

8/9

東方學研究所
東方學研究所

CHRISTIAN JACQ, *Poder e Sabedoria no Antigo Egipto*, Coleção O Homem e a História, Editora Pergaminho, Lisboa, 1998, 165 pp., ISBN 972-711-203-X

Inundado que está o mercado livreiro de romances de Christian Jacq, provando que ainda se mantém, e manterá, o interesse do público em geral pelos temas ligados ao Egipto faraónico, optou a Pergaminho pelo lançamento em Portugal de um ensaio do conhecido autor, traduzindo um original francês publicado já em 1981 pelas Éditions du Rocher. A capa da versão portuguesa, da autoria de Carlos Reis, é bem sugestiva, mas apresenta um insólito grafismo na disposição das letras que prejudica a leitura normal do título, facto que se repete no anterrosto e no rosto do livro.

Na introdução, e depois de reconhecer, com Erik Hornung, que o Egipto «não pertence à história», dado que sendo mais do que a história «ele celebra a história como uma festa», o Autor propõe-se, sem subestimar a importância dos estudos arqueológicos, históricos, sociológicos ou económicos, «entrar no interior de um Egipto do símbolo, concebido como meio de investigação», esse Egipto que se traduz «por uma visão global do mundo» (p. 9). Para tal serve-se, entre outros, do eficaz método da «multiplicidade de abordagens» de Henri Frankfort que «consiste em abordar de maneiras muito diferentes uma realidade egípcia qualquer» (p. 10).

O primeiro dos doze capítulos lança-se «À procura do Egipto» (pp. 15-20), para depois apresentar o «Faraó ou o coração flamejante do sem» (pp. 21-28), «A arte real do governo» (pp. 29-43), que se alicerçam no «Ritual e mistério do nascimento» (pp. 45-53) e que têm como espaço privilegiado «O templo e a construção do sagrado» (pp. 55-63). Com «A manação dos deuses» (65-80), o «Conhecimento e saber» (pp. 81-98) e «O mestre da eternidade» (pp. 99-105) apercebemo-nos das relações entre o mundo divino e o quotidiano terrestre, com o faraó desempenhando um primordial papel nessa relação.

No cap. IX, intitulado «A estranha aventura de Sinuhé» (pp. 107-115), intenta-se perceber «um dos aspectos marcantes do pensamento simbólico egípcio», atendendo que «os contos de todas as antigas nações veiculam valores simbólicos ligados entre si por uma misteriosa rede de interferência» (p. 107), seguindo-se «A onipotência do Olho» (pp. 117-127), «A Casa de Vida» como centro de criação e de vivência do pensamento simbólico (pp. 129-138), e por fim «Iniciações e transformações» (pp. 139-146).

Ao breve texto da Conclusão (pp. 147-149) deu o Autor o título de «O Egipto Criador, seguindo-se um pequeno léxico (pp. 151-157),

com alguns nomes escritos de forma incorrecta, e rematando com úteis indicações bibliográficas (pp. 161-163).

Aconteceu entretanto a esta versão portuguesa aquilo que, infelizmente, ocorre com demasiada frequência nas nossas editoras, com a displicência posta na preparação e revisão do texto. Lá estão as habituais trocas de nomes de deuses, de reis e de lugares: Knum em vez de Khnum (quando na p. 49 e outras aparece correctamente escrito como Khnum), Ámon em lugar de Amon, Shesmu fica melhor como Chesemu, Medinet Habu e não Medinet Abu, a necrópole de Khokha e não a estranha Kokrah, «Seguidores de Hórus» e não «Sequazes de Hórus» (p. 142). Com tantas imprecisões não é de espantar que apareça aqui a ultrapassada forma de Rá em vez de Ré. Um dos mais crassos erros vê-se lamentavelmente disseminado por todo o livro: em vez do nome do deus Atum aparece o de Aton! Trata-se de duas divindades diferentes que importa separar, facto que tradutor e revisor acharam, em desleixada atitude, de somenos importância. Conviria ainda apresentar o faraó como amado da deusa Maet e não seu «amante» (p. 32) e ter em atenção que a palavra *naos* é masculina (aparece como feminina na p. 7), e, pelo contrário, *mastaba* é feminina (e não masculina como vem na p. 72).

Há um notório desregramento no uso de caixas altas e baixas, e tanto se vê Rei como rei, Faraó e faraó, Príncipe e príncipe, salpicando todo o livro. Deviam ter inicial maiúscula palavras como «Negra» e «Vermelha» porque no contexto elas se referem ao Egipto, sendo por isso substantivos próprios, como Sul e Norte quando aludem a regiões típicas do antigo Egipto; pelo contrário, deviam ter a inicial minúscula palavras como astrologia, magia e alquimia (p. 14). A falta de cuidado na preparação do texto pode ser exemplificada com os conhecidos «Textos das Pirâmides» que tanto aparecem em itálico como em redondo (p. 36) ou então com inicial minúscula (p. 37 e p. 121), enquanto os capítulos do «Livro dos Mortos» tanto vêm com numeração árabe (p. 71) como romana (p. 76). É constante o abuso na acentuação de palavras egípcias: Negaú, Timihiú, Setiú, etc. (o plural egípcio em *u* não precisa de vir acentuado nas transcrições), outras levam desnecessários acentos (Sinuhé), que, pelo contrário, faltam em Merikaré. Mais vale tirar o *h* final de alguns nomes quando ele não tem qualquer leitura (Thoth, Seth, Neith, etc., nos nomes divinos; Denderah, Gurnah e outros nos topónimos), ao contrário de Ptah, dado que neste caso o *h* tem leitura vincadamente aspirada.

O trabalho de tradução, a cargo de António Marques, deixou-se levar demasiado pelo original francês, o que se reflecte no aparecimento de várias anomalias, de que é um triste paradigma o apelo de

um sacerdote a um iniciado (em francês: «Ó Untel»!!!) ou a expressão «o Osíris *untel*» (pp. 100 e 136). Tais faltas, que revelam um desconhecimento do tema tratado, detectam-se no uso da forma Gizé (p. 7) em vez de Guiza, «padres» em vez de sacerdotes (pp. 8 e 142), alternando com «profetas» (p. 56), uma designação imprópria para os sacerdotes egípcios, o título-nome de «Os dois soberanos» (p. 24) em lugar de «Duas Senhoras» (ou Nebti, o segundo nome da titulatura real), a expressão *per-aá* (faraó = palácio) foi deixada à moda francesa de *pr-âa* (p. 26), *Papyrus* em vez de Papiro (p. 29 e outras), Boulaq em lugar de Bulak (p. 95), o título de «Mestra da Montanha Sagrada» (p. 110, de *Maîtresse*) aplicado à deusa Hathor, em vez do habitual «Senhora da Montanha Sagrada».

Deviam ter sido passados para português os *Ensinamentos* de Amenemope em lugar de manter o francês *Enseignement* (p. 20), o mesmo sucedendo com o «cerimonial de coroação do Ano Novo» que estranhamente ficou em francês na versão portuguesa (*Cérémonie de couronnement du Nouvel An*, p. 21), o *Livre de la Nuit* (p. 134) surge em francês, e em vez de se dizer que o templo de Karnak «não entregou ainda todos os seus segredos» ficaria mais expressivo «não revelou ainda todos os seus segredos» (p. 16). Acrescente-se que as obras de arte devem vir em redondo (Estela de Sehetepibré; Estela de Israel, Escriba Sentado...), e anote-se ainda a presença do escusável galicismo «constatação» (p. 12), o vil «cartucho» (p. 23 e outras) em lugar de cartela, o intragável «psequente» (p. 35) em vez do «pchent», a aberrante «espelta» na p. 35: o que os deuses ofereciam ao rei era cevada, pão, cerveja e trigo, e não a espelta (um trigo de qualidade inferior e impróprio para o requintado mundo dos deuses e dos faraós).

Luís Manuel de Araújo

CHRISTIAN JACQ, *A Sabedoria Viva do Antigo Egipto*, Bertrand Editora, Venda Nova, 1998, 167 pp., ISBN 972-25-1076-2

Depois de ter lançado em Portugal vários romances de Christian Jacq decidiu a Bertrand incluir na sua programação editorial uma obra de carácter diferente da autoria do incansável egiptólogo francês, a qual se pretende apresentar «como um percurso nas paisagens do pensamento egípcio» (p. 11). O volume recolhe uma série de textos escritos por diversos sábios egípcios, modelos de ponderação e de